



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680114 - RO (2021/0219022-0)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
IMPETRANTE : MARCELO ANTONIO GERON GHELLERE
ADVOGADO : MARCELO ANTONIO GERON GHELLERE - RO001842
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PACIENTE : MARCELO ANTONIO GERON GHELLERE
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCELO ANTONIO GERON GHELLERE, contra decisão proferida nos autos do HC nº 0806229-22.2021.8.22.0000, que indeferiu a petição inicial por entender ausente o preenchimento das condições específicas para "o manejo desta ação constitucional" (fl. 137).

Sustenta que seu direito de ir e vir foi violado ao ter sua CNH suspensa após tramitação de ação de execução fiscal.

Alega que "sofre diuturnamente pela dívida que entende não ser real, pois o acordo entabulado entre OAB/RO Ariquemes e Município sobre a cobrança do ISSQN, não atende mais a realidade do paciente, pois é lançada de forma mensal e não por demanda" (fl. 24).

Requer a concessão da liminar para que seja determinado o afastamento da suspensão da CNH do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE

AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...] 3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância. 4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente